

O trabalhismo de Alberto Pasqualini

Laura Vianna Vasconcellos / UERJ¹

Resumo: O artigo é uma pequena introdução sobre o trabalhismo de Alberto Pasqualini. Nele, estão alguns apontamentos sobre o seu pensamento político e sua vida partidária, bem como alguns dos mais importantes produções sobre o assunto. O objetivo maior é apontar a relação do seu pensamento político com o trabalhismo getulista e, com isso, entender as contribuições de Pasqualini para um conceito que pouco se estuda a partir de seus próprios formuladores, o de trabalhismo.

Palavras-chave: trabalhismo, getulismo e PTB.

Alberto Pasqualini não foi um vitorioso nas urnas, dos pleitos que disputou, só venceu em três deles; para vereador, em 1935, deputado estadual, em 1948, e senador, em 1950.

Contudo, Pasqualini foi homem de extrema importância para a política nacional e para o trabalhismo brasileiro. Foi o responsável pela elaboração do trabalhismo como doutrina política e social, fundamental para a sobrevivência do PTB como partido. Seu perfil político era o de um homem respeitoso, que fazia de suas campanhas não apenas um caminho para os cargos, mas uma forma de expor idéias e projetos para o Brasil. O objetivo maior era construir e solidificar uma mentalidade social no país que amenizasse as injustiças sociais e designasse a cada indivíduo sua responsabilidade no pacto social. O elo de ligação desse pacto era o trabalho, considerada por ele a contribuição maior de cada cidadão.

Além disso, Pasqualini pode ser considerado um político muito importante: sua atuação no PTB gaúcho foi sempre muito sólida e peculiar; ele e seus admiradores, chamados pasqualinistas, formaram a única vertente do partido que não teve passado getulista. As relações que manteve com Getúlio Vargas não foram fáceis, e ele permaneceu cauteloso em relação a Vargas e ao getulismo.

Sua presença e postura crítica em relação a Vargas já inspiraram interpretações que o elegem como figura emblemática de um trabalhismo mais reformista e não-personalista. Há, no entanto, outras interpretações, não tão radicais, que atribuem às diferenças entre os dois trabalhistas somente as da dinâmica interna do PTB. Este artigo tenta dar contribuições a esse debate, tendo como orientação os trabalhos que, de alguma forma, se dedicam ao pensamento político de Alberto Pasqualini. As fontes principais são os jornais *Diário de Notícias* e *o Correio do Povo*, ambos do Rio Grande do Sul.

¹ Mestranda do PPGH. E-mail: laura.vasconcellos@ig.com.br

2

O artigo não é uma biografia política, mas um mapeamento das produções sobre o trabalhismo de Pasqualini e suas especificidades. Tendo em vista a onda revisionista sobre a idéia de populismo, que rejeita seu conteúdo como conceito explicativo para as relações entre Estado e sociedade do período 1945-1964, e que propõe como desígnio e conceito substitutivo o termo trabalhismo, talvez seja necessário entender mais sobre essa ideologia política, sobretudo levando em conta um dos seus principais formuladores.

2. A vida política e a doutrina trabalhista.

Alberto Pasqualini lançaria as bases de seu pensamento político num discurso proferido em 1944 para a turma de economistas da UFRGS, lançado depois como *Um mundo baseado na cooperação*. Em março de 1945, o *Correio do Povo* publicava com bastante repercussão suas *Sugestões para uma política de governo*. Nelas, Pasqualini defendia idéias baseadas no trabalhismo inglês e, em menor grau, na socialdemocracia européia. A repercussão foi tamanha que se formou um movimento político inspirado em suas idéias: o Movimento Popular em Favor das Idéias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Dele se originaria a USB, União Social Brasileira.

O antivarguismo foi a marca do movimento, caracterizado também pela defesa da democracia e pela crítica ao autoritarismo. Mas outras idéias importantes se sobressaíam: a criação de um fundo social, constituído a partir de imposto-quota sobre os lucros das empresas, para benefício dos trabalhadores; manutenção da propriedade privada dos meios de produção, respeitando os limites impostos pelo interesse coletivo; defesa do regime democrático baseado nos direitos fundamentais do homem, com voto secreto; representação proporcional e autonomia municipal; por fim, criação de um sistema de créditos sem fins lucrativos, apenas sociais, para promover melhorias nas condições de vida dos trabalhadores.

Como se pode notar, Pasqualini não era anticapitalista, mas um crítico ao capitalismo liberal, ao capitalismo egoísta, como preferia definir. Defendia a implementação de um capitalismo solidarista, mais humanizado, em que não houvesse luta de classes, mas a solidariedade entre elas. O trabalho deveria ser a principal contribuição de cada um, não se voltando única e exclusivamente para usufruto pessoal, mas para o bem-estar coletivo. Com a contribuição de todos, realizada através do trabalho², seria garantida a cooperação e a

3

solidariedade social. A solidariedade não deveria ser somente distributiva – ele defendia a taxação dos mais ricos –, mas principalmente contributiva, na forma de trabalho.

Ao Estado caberia a orquestração desse pacto, apaziguando as injustiças sociais e garantindo direitos básicos aos trabalhadores, como acesso à terra, habitação e educação, promoção de infra-estrutura para faculdades e escolas oficiais, administração do Fundo Social, determinação de salário mínimo digno e incentivo à formação de cooperativas.

Pasqualini propunha a manutenção do capitalismo, porém mais humanizado, com Estado forte, responsável pela paz social, e atuante. A esse capitalismo mais solidarista dava o nome trabalhismo³. Um capitalismo em que o Estado fosse interventor e assegurador da justiça social, em que vigorasse não o egoísmo e o lucro desmedido, mas a cooperação e a solidariedade entre as classes.

Assim como Vargas, Pasqualini fora influenciado pelo positivismo castilhistas. Os dois defendiam um Estado forte e interventor, e acreditavam na revolução feita de cima para baixo, por ação de uma elite que incorporasse no pacto social a classe trabalhadora. A diferença entre eles é que, em Pasqualini, o Estado era o agente das transformações, e não o líder, como no getulismo. O trabalhismo pasqualinista, por essa característica, representou uma alternativa ao personalismo carismático de Getúlio Vargas.

A queda de Vargas, em 1945, pelo golpe de 29 de outubro, aproximou Pasqualini do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado pelo próprio Getúlio. Embora não mencionasse sequer uma vez a palavra “trabalhismo” no manifesto da USB, e de ter feito oposição a Getúlio Vargas durante o Estado Novo, houve a união do PTB e da USB. O que os unia era a luta pela preservação da legislação trabalhista. Dos quadros que formaram o PTB, a USB e Pasqualini eram os únicos não getulistas.

As diferenças entre os dois, porém, potencializaram a divisão do partido entre pasqualinistas – a maioria oriunda da USB – e getulistas – políticos e membros da antiga máquina de Estado. Essa cisão refletia uma polaridade entre a liderança política desempenhada por Getúlio Vargas e a liderança ideológica exercida por Pasqualini.

Os primeiros anos de convívio partidário com Getúlio no PTB não foram fáceis para o teórico gaúcho. Vargas não apoiava o lançamento de Pasqualini como candidato, olhava com

¹ Pasqualini achava que o trabalho que não contribuísse para o bem estar coletivo representava usura social.

² Essa denominação não foi utilizada por Pasqualini na USB. Ela só apareceu mais tarde, depois de sua filiação ao PTB e do lançamento do livro, em 1948, *Bases e Sugestões para uma política Social*

4

desconfiança um líder da ala não-getulista. Pasqualini, por sua vez, questionava a centralidade do trabalhismo na figura de Vargas. No entanto, o passar dos anos provocou alterações na relação dos dois. O discurso é de 1950, durante a campanha eleitoral de Pasqualini para o senado:

Senador Getúlio Vargas, senador Ernesto Dornelles, meus companheiros do Rio Grande.

Esta imensa multidão, como podemos observar daqui, é constituída, em sua maioria de homens e mulheres humildes do povo, de trabalhadores.

Trabalhadores – eu desejaria perguntar o que era o trabalhador, o que valia o trabalhador antes de 1930? Respondei vós que não valia nada – e por quê? Porque não tinha direitos nem garantias.

E eu vos pergunto – quem foi que outorgou estes direitos e essas garantias aos trabalhadores?

Getúlio Vargas! (...).

Se antes Pasqualini criticava o personalismo varguista, agora a figura de Vargas era um importante instrumento de fortalecimento e atração para o trabalhismo:

Creio que, assim, poderemos perceber melhor o que o Getúlio Vargas representa para a massa trabalhadora. O povo não poderia compreender o trabalhismo nos seus delineamento teóricos, na sua concepção abstrata, nos seus princípios científicos. Sabe, porém compreende-lo através da ação política e administrativa de um homem que o tem realizado. Essa pessoa representa para o povo uma diretriz, uma tendência que sabe corresponder às suas necessidades, aos seus anseios, às suas aspirações. Não segue o povo uma orientação por causa da pessoa, mas segue a pessoa por causa de sua orientação. A idéia é mais assimilável através de sua personificação, que se não deve confundir com personalismo.⁴

A aproximação entre os dois ocorrera num momento em que também se processavam radicalização e mudanças no discurso de Vargas. Foi nesse período, já no início da década de 1950, que Vargas manifestou seu nacionalismo mais radical, rompeu com o PSD gaúcho⁵ e fez a defesa da democracia nos moldes de uma democracia socialista⁶ – era a primeira vez que Getúlio falava em transição para socialismo. Foi portanto um movimento duplo: enquanto Pasqualini discursava sobre a importância de Getúlio para o trabalhismo, fato até então impensável, Vargas se mostrava cada vez mais voltado para as questões sociais, falando até em socialismo.

³ BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992, p. 160.

⁴ *Correio do Povo* 30/11/1946 *apud* BODEA, op. cit.

⁵ *Ibidem*.

5

Pasqualini foi eleito, assim como Getúlio, que se tornou mais uma vez presidente do Brasil. Foi senador com 48% dos votos, desta vez com o apoio declarado de Getúlio Vargas. Ainda disputaria mais uma vez as eleições de 1954 para o governo do estado, pleito que já havia tentado em 1947, mas, a exemplo daquele ano, saiu derrotado.

Com a saúde debilitada, Pasqualini se afastou em definitivo da vida política. Em 3 de julho de 1960, morreu vítima de derrame cerebral. Com o suicídio de Getúlio e a morte de Alberto Pasqualini, desapareciam duas importantes figuras do trabalhismo brasileiro; sua principal liderança política – Getúlio Vargas – e seu ideólogo e organizador – Pasqualini.

3- Os trabalhistas.

As diferenças entre Getúlio e Pasqualini foram inspiradoras de poucas, mas importantes interpretações sobre o assunto. Todo trabalho que se dedica ao estudo do pensamento e da carreira política de Pasqualini acaba por privilegiar as diferenças entre ele e Vargas. Contudo, não se deve deixar de destacar, como argumenta Romeu Karnikowski⁷, que uma das mais importantes influências nas formulações de Pasqualini fora o governo e o convívio com Vargas no interior do partido. O pensamento político de Pasqualini estava em processo de formação quando ocorrera a aproximação entre os dois, e as conquistas sociais e a postura participativa do Estado nas questões sociais, durante o Estado Novo, apesar das críticas ao autoritarismo do regime, marcaram muito Pasqualini, que não podia deixar de ver a idéia de um Estado atuante neste sentido como algo positivo. Observa-se uma tendência na historiografia sobre o assunto de situar Pasqualini à esquerda de Getúlio no espectro político partidário. Isso é observado sobretudo nos trabalhos de Lucília de Almeida Neves Delgado, tanto em *Do getulismo ao reformismo*⁸, quanto no artigo publicado na coletânea *O populismo e sua história*⁹, em 2002.

No artigo “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo”, a autora observa três eixos temáticos principais no PTB e no trabalhismo como um todo: nacionalismo, distributivismo e desenvolvimentismo. No entanto, para ela, haveria no trabalhismo três correntes ou tendências essenciais; a *getulista pragmática*, os *doutrinários trabalhistas* e os

⁷ KARNIKOWSKI, Romeu Machado. PTB: uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul. 1945-1980. UNIJUÍ. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

6

*pragmáticos reformistas*¹⁰. A primeira, formada por burocratas e ex-integrantes do governo Vargas ou dos sindicatos a ele atrelados, teria sido hegemônica nos primeiros anos; a segunda, formada por Pasqualini e outros teóricos do trabalhismo, apesar de muito importante para a elaboração do trabalhismo como doutrina, teria pouca expressão durante os primeiros anos, em função do peso do mito Vargas e suas diferenças em relação ao getulismo ou ao petebismo. A terceira, originária da junção das duas primeiras alas, agregaria elementos das duas outras tendências e teria se formado mais tarde, com o afloramento de outras lideranças trabalhistas, como João Goulart.

Para Lucília de Almeida Neves, a divisão entre uma ala mais getulista e pragmática e outra doutrinária, ligada a Pasqualini, já demonstrava, desde as eleições de 1945 para presidente, uma divisão entre uma ala mais “esquerdista” – os petebistas doutrinários – e a ala getulista, mais pragmática e fisiológica. Enquanto os getulistas vinham de uma origem ligada à estrutura do Ministério do Trabalho e se caracterizavam por aquilo que o getulismo representava (paternalismo, controle, nacionalismo e capacidade de mobilização e conciliação social e peleguismo), os doutrinários se caracterizavam por uma orientação trabalhista socializante, pregando maior desvinculação do aparelho de Estado. A proposta dos petebistas doutrinários centrava-se na idéia de que o PTB deveria seguir esta orientação trabalhista mais socializante, independente de carismas pessoais e estruturas oficiais. Apesar disso, afirma Lucília de A. Neves, os trabalhistas doutrinários reconheciam a dificuldade de se desvincular da imagem e do personalismo de Vargas, afinal o trabalhismo brasileiro estava fortemente associado a ela.

⁷ DELGADO. Lucília de Almeida Neves. *Do getulismo ao reformismo*. 1956-1964. Editora Marco Zero, São Paulo, 1989.

⁸ FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

⁹ Em *Do getulismo ao reformismo* a autora só observava duas vertentes no PTB; a dos getulistas e a dos reformistas. O interessante é que ambas se apresentam, no livro, como formas distintas de populismos. A primeira, mais ligada a Getúlio, como o próprio nome diz, foi característica do PTB até 1953, ano em que João Goulart foi nomeado ministro do Trabalho. A partir de então, a autora aponta algumas mudanças no trabalhismo; maior participação e autonomia para os sindicatos, apesar de ainda considerar a idéia de cooptação e de suavização dos conflitos sociais fundamentais para entender as relações de poder do período. E, principalmente, a partir desta data, teria ocorrido uma mudança na busca de legitimidade; se antes era feita a partir do Estado somente, agora ela era almejada na sociedade civil também. No artigo, em contrapartida, a palavra populismo só aparece entre aspas, e as correntes se diversificam mais, agora também com a dos doutrinários trabalhistas.

A autora acredita que a linha pasqualinista e a getulista se distinguíam no que dizia respeito à atuação política e em sua concepção doutrinária. Para os petebistas getulistas, o PTB seria uma estratégia para preservar o getulismo, legitimando Getúlio como líder do trabalhismo e da nação, e também um instrumento para garantir as transformações trazidas pela legislação trabalhista; para os doutrinários, o partido era um instrumento para garantir que se realizassem reformas sociais mais amplas e uma forma de desenvolver no Brasil uma mentalidade trabalhista. Tratava-se, portanto, de dois trabalhistas distintos, um getulista, às vezes chamado por ela como petebista¹¹, pragmático e organizado em torno de Getúlio Vargas, e outro, mais doutrinário e reformista, sem personalismos políticos e mais purista.

Somente na terceira vertente do trabalhismo, que reunia nacionalismo, paternalismo e a referência a Getúlio, embora com menor peso, e também algumas propostas de Pasqualini, os dois trabalhistas teriam se fundido. O marco disso seria a passagem de Jango pelo Ministério de Trabalho.

Só então o petebismo e o trabalhismo de Pasqualini teriam se dissolvido e reunido num único trabalhismo, agora mais reformista que antes, embora a figura de Getúlio tenha sempre persistido como referência para o trabalhismo brasileiro.

Na interpretação de Miguel Bodea¹², a relação entre Vargas e Pasqualini não deve ser entendida como de simples oposição ou distinção. Ele não nega que Vargas e Pasqualini possuíam projetos políticos diferentes para o PTB, com funções e dimensões diferentes no partido: enquanto Vargas representava uma liderança nacional, Pasqualini, embora conhecido nacionalmente, possuía uma liderança regional. Eram funções, projetos e métodos distintos, mas que se complementavam. O que caracterizaria essas duas alas seria, nas palavras de Bodea, uma “complementaridade conflitiva”¹³.

As duas linhas se diferenciariam em vários aspectos, segundo Bodea; enquanto Pasqualini tendia a enfatizar um programa trabalhista que promovesse reformas sociais, com tendências socializantes, Getúlio estava preocupado em promover um desenvolvimento nacional autônomo, com um projeto de nação independente, que procurava fazer uma inclusão controlada do trabalhador brasileiro. As reformas sociais e os partidos políticos seriam, para

¹⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves, “Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo” in: FERREIRA, Jorge (org.), *O Populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

¹¹ BODEA, Miguel. *Op Cit*

¹³ Está no livro já citado, no segundo capítulo.

8

Vargas, componentes desse projeto maior. Para o doutrinador gaúcho, o PTB teria um papel de educador moral, seria o instrumento privilegiado para que se criasse no Brasil uma mentalidade social e também a ordem trabalhista¹⁴.

Utilizando como referencial teórico as idéias de Antônio Gramsci, Bodea atribui as diferenças entre os dois a estratégias e funções distintas no interior do partido. Enquanto Pasqualini, em fase inicial, atuaria para tentar construir o consenso na esfera civil, sem uso da máquina do Estado ou de violência, Getúlio atuaria na etapa sucessória, a de projeção no plano político. Portanto, para ele, o caráter mais doutrinador de Pasqualini teria o objetivo de promover o consenso na sociedade civil, enquanto Getúlio seria responsável pela prática política.

Assim, as diferenças entre os dois, longe de serem fruto de trabalhistas distintos, decorreriam de papéis diferentes no partido e do desnivelamento entre um PTB gaúcho hegemônico e um PTB nacional mais fraco, dependente de alianças políticas para obter resultados políticos.

O autor argumenta que a oposição de Pasqualini a Vargas, mesmo no início, antes de sua entrada no partido, nunca fora de ordem programática, mas se explicava em razão do descontentamento de Pasqualini com o caráter autoritário do Estado Novo. Isso ficaria evidente pela ausência, no manifesto da USB, de pontos contrários ao programa de governo de Getúlio. Haveria entre eles mais características comuns que diferenças, e o positivismo castilhistas seria uma delas.

Para Lucília Neves, essa complementaridade entre as duas correntes, que Bodea acredita ter havido desde os primeiros anos, ainda que com pontos de conflito, só teria se efetivado depois, durante o Ministério de Jango, sobretudo depois da morte de Getúlio. Só em fins dos anos 50, quando o PTB passaria a adotar uma posição mais próxima das propostas reformistas de Pasqualini, pode-se falar de um único trabalhismo – e não mais getulismo ou petebismo. A partir de então, a autora começa a falar em trabalhismo social-democrata¹⁵.

3. O correio do Povo e o Diário de Notícias.

¹⁴ Por também considerar função principal do partido a elaboração e construção de uma mentalidade social, alguns traçam pontos comuns entre Pasqualini e Gramsci. Sobre isso, ver artigo publicado pelo *Coojournal*, número 23, dezembro de 1977.

¹⁵ NEVES, Lucília de Almeida Neves. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo”. In FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3002. Pagina 196.

9

Nos jornais de época, sobretudo os gaúchos o *Diário de Notícias* e *O correio do Povo*, Pasqualini era figura importante. Miguel Bodea foi o primeiro a chamar atenção para o fato de que o diálogo e os conflitos entre getulistas e pasqualinistas foram travados nas páginas desses dois jornais. Boa parte de seu livro se sustenta na análise das páginas do *Correio do Povo*. Ao *Diário de Notícias*, no entanto, foi dada pouca atenção.

Observando os dois jornais, podem-se notar algumas diferenças imediatas: enquanto no *Correio do Povo* as notícias sobre Pasqualini eram mais sobre sua candidatura, nas páginas do *Diário* o que mais se sobressaía eram as rixas partidárias entre pasqualinistas e getulistas.

Isso aconteceu em particular em 1954, ano de candidatura para o governo do Estado. O PTB demorava para indicar um nome para o pleito. O *Diário* reafirmava e alardeava que a demora se devia à preferência de Getúlio por Brochado da Rocha, enquanto a massa gaúcha já aderira à campanha por Pasqualini¹⁶. O jornal sugeria que o silêncio de Pasqualini e a demora do partido na definição do nome se explicavam pelo passado conturbado entre os dois¹⁷. No *Correio*, nada se falava.

O interessante é que, se no livro de Bodea, a oposição do partido se centraliza entre Vargas e Pasqualini, nas páginas do *Diário*, ela se ampliava, agrupando também os seguidores de Jango. A publicação sugeria que os janguistas e o próprio Brizola seriam contrários à indicação de Pasqualini, refletindo uma oposição não entre getulistas e pasqualinistas, mas entre getulismo e trabalhismo¹⁸. Nas palavras do jornal, Pasqualini representava “a linha de um trabalhismo radicalmente independente; independente de suas ligações com o ‘getulismo’, cuja direção considerava desfavorável a um mais rápido, mais ameno e sobretudo mais real movimento trabalhista no país”¹⁹. Na mesma notícia o janguismo era chamado de “contrafração” do getulismo.

O *Correio*, no entanto, negava que houvesse qualquer resistência por parte de Jango, Loureiro da Silva e Brochado da Rocha à indicação de Pasqualini para governador. Afirmava ainda que qualquer indício disso parecia ter origem no palácio do Catete, não na realidade gaúcha²⁰.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 1/6/54 e 3/6/54.

¹⁷ *Diário de Notícias*, 12/6/1954.

¹⁸ *Diário de Notícias*, 19/6/1954.

¹⁹ *Diário de Notícias*, 24/06/1954.

²⁰ *Correio do Povo*, 16/6/1954.

10

Essas notícias são importantes porque dão conta, a um só tempo, das interpretações anteriormente citadas. Enquanto em um jornal a oposição entre os seguidores de Pasqualini e os de Getúlio era flagrante, falando inclusive de trabalhismo *versus* getulismo, alargando a polarização não só aos getulistas, mas também aos janguistas, em outro, tudo não passava de sensacionalismo proveniente mais dos jornais cariocas e de exageros da imprensa gaúcha, em especial do *Diário*, que de um conflito real.

Na revista do próprio partido, a *Revista Trabalhista*²¹, o nome de Pasqualini também era saudado como um dos mais importantes do partido, ao lado de Jango e de Getúlio. Em suas páginas, fotos retratam sua atuação frente ao Departamento de Estudo Planificado do PTB, cujo objetivo maior era formular os princípios doutrinários do trabalhismo e também orientar, de maneira unificada, as soluções para as principais questões que se debatiam no Parlamento nacional. Ao lado dele, estavam Rômulo de Almeida, Lúcio Bittencourt e Menotti del Picchia.

4. Considerações finais

De todos os estudos que fazem referência ao trabalhismo de Alberto Pasqualini, em nenhum deles há uma preocupação mais cuidadosa em tentar entender e relacionar a sua concepção particular de trabalhismo com a definição de trabalhismo mais ampla. É mesmo uma tarefa difícil, a própria Angela de Castro Gomes, uma das principais estudiosas do assunto, o assume²². A confusão de termos sobre o assunto é mesmo bastante ampla; getulismo, trabalhismo, trabalhismo getulista.... A esses termos, poderíamos acrescentar; trabalhismo reformista, trabalhismo social-democrata, petebismo, e por aí vai.

Parece um ponto esquecido o fato de Pasqualini não nomear suas idéias e propostas políticas como “trabalhistas” desde o início. Talvez este seja um indício de que ele mesmo só se tornara um trabalhista publicamente declarado depois que o trabalhismo foi inventado, para usar expressão de Angela de Castro Gomes²³.

²¹ A revista encontrada não possuía a data de publicação ou qualquer catálogo que a isso fizesse referência. No entanto, o que se sabe é que ela foi publicada de dezembro de 1949 a agosto de 1950. A intenção, segundo Angela de Castro era desenvolver uma doutrina trabalhista que não tivesse exclusivamente associada à figura de Getúlio Vargas. GOMES, Angela de Castro e Maria Celina D'Araújo. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Editora Ática. 1989.

²² GOMES, Angela de Castro. *Op. Cit.* Página 50.

²³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

Angela de Castro defende a tese de que o trabalhismo deve ser entendido como uma ideologia política desenvolvida a partir do esforço do Estado. Os programas de rádios, os pronunciamentos de Getúlio, as datas comemorativas e a reelaboração de nossa própria história seriam todas facetas de um mesmo projeto: perpetuar as bases e orientações do regime varguista. O resultado de tal esforço se manifestaria na composição, por meio de releituras de tradições e reivindicações trabalhadoras, de uma nova cultura política –, entendido por ela como conjunto de crenças e valores de uma dada época.

O trabalhismo, muitas vezes concebido como uma política estatal com objetivos de angariar apoio popular àquele projeto de nação desenvolvido por Vargas²⁴, teria sido “inventado” somente no ano de 1942, quando o mito Vargas teria ganho proporções significativas e a idéia do trabalhador-cidadão já adentrava nas mentes dos trabalhadores como uma certeza. O Estado e Vargas, a essa altura, já se apresentavam como pai e chefe-guia, sem os quais os trabalhadores perderiam os benefícios trazidos pela legislação trabalhista.

É importante que se lembre que Pasqualini se filiou ao partido quando o trabalhismo, nesse sentido pensado por Angela de Castro, já existia. O trabalhismo, como ideologia política, é, portanto, anterior à entrada de Pasqualini no PTB. Sua tarefa principal foi desenvolver, ao lado daquele outro trabalhismo, uma doutrina específica para o PTB, sem a qual, o partido não sobreviveria.

Seguindo essa linha de raciocínio, talvez fôssemos induzidos a concordar com Bodea e a sua teoria de divisão de tarefas. Há nisso tudo alguma dose de acerto. Pasqualini, de fato, fora fundamental para o desenvolvimento de um outro tipo de trabalhismo; não como ideologia política oriunda do Estado, mas como doutrina e programa de um partido (daí a escolha de Gramsci como referencial teórico por Bodea e por mim). Porém, as diferenças entre os dois não devem ser preteridas. Alberto Pasqualini criticava dois dos pilares daquele “trabalhismo estatal”; o seu autoritarismo e rejeição por partido políticos, e o getulismo; diferenças estas que Miguel Bodea parece amenizar. Mas, apesar delas, há um ponto de encontro entre os dois, e aí quem não nota é Lucília de Almeida. Quando Pasqualini, já nos primeiros anos da década de 1950, reformula a importância de Getúlio e da Revolução de 1930 para o trabalhismo, e, mais ainda, quando o pensador gaúcho começa a distinguir entre

²⁴ A autora declara isso no já citado *Getulismo e trabalhismo*.

12

personalismo e personificação – Getúlio seria então um símbolo necessário para o trabalhismo –, a partir daí processava-se a união dos dois trabalhistas. Não a de Getúlio e a de Pasqualini, mas a do trabalhismo como ideologia política, oriunda do Estado, e o trabalhismo doutrinário, organizado por Alberto Pasqualini.

Em suma, separar em dois pólos as esferas de um mesmo processo, ou unificá-las, naturalizando-as, parece não dar conta do processo amplo que foi a formulação do trabalhismo. Tentar não fazer isso é um de nossos maiores desafios.

Bibliografia citada

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992. página 160.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. *Do getulismo ao reformismo. 1956-1964*. Editora Marco Zero, São Paulo, 1989.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história – debate e crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994

—, Angela de Castro e Maria Celina D'Araújo. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Editora Ática, 1989

KARNIKOWSKI. Romeu Machado. *PTB: uma contribuição ao estudo do trabalhismo no Rio Grande do Sul. 1945-1980*. UNIJUÍ. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.